

A PESCA NO RIO GRANDE DO SUL

Dr. Raymundo D. Silva

- SUDEPE

- Serviço do Acordo de Pesca - RGS.

Podemos considerar a pesca como uma exploração extrativa, tanto a marítima como a de água doce. Por isso, deve ser tecnicamente orientada, a fim de não exaurir os recursos pesqueiros naturais. Na pesca de água doce, ou continental, a fauna aquática por vários motivos, está mais sujeita à exaustão que na marítima, pois seu campo, além de mais restrito, se encontra diretamente influenciado pelas modificações ambientais, que dizem respeito aos problemas de represamento, poluição, desmatamento ciliar e drenagem das lagoas marginais. Na marítima, os problemas são de outra ordem, sobressaindo-se o da pesca excessiva, que pode levar à diminuição dos estoques ou mesmo sua extinção, que somente os estudos de dinâmica da população, feitos por especialistas, podem determinar.

PESCA MARÍTIMA

A pesca marítima pode ser exercida em alto mar, a mais de três milhas (*) da costa, por barcos pesqueiros, de vinte ou mais metros de comprimento, movidos a motor e dotados, geralmente, de instalações frigoríficas e de aparelhos modernos para localização de cardumes, como radar, eco-sonda e outros e também pode a pesca ser exercida junto à costa e nas águas estuarinas, pelos pescadores artesanais, usando estas pequenas embarcações, como canoas, botes e caíques, a motor de centro ou de popa e à vela.

Dado o grande número de pescadores artesanais exercendo a pesca, muito superior aos profissionais que fazem a de alto mar e por serem bastante volumosos os cardumes que entram através da barra de Rio Grande para desovar ou alimentar-se, é bem mais elevada a produção dos primeiros, abrangendo 60 a 70% do total das capturas no Estado. Esse panorama atual pode, entretanto, modificar-se com a pesca de alto mar mais desenvolvida.

O desembarque total de pescado no Rio Grande do Sul, em 1971, foi de 97 mil toneladas, contra 74 mil, em 1970, tendo havido, portanto, um acréscimo de 23 mil toneladas em um ano. As estatísticas de pesca no Estado são realizadas em Rio Grande, pelo GEPMAL (Grupo Especial para Execução de Pesquisas Marítimas e Lacustres) e compreende a quantidade de pescado desembarcada em diversos pontos, como sejam: Rio Grande, São José do Norte, Arroio Sujo (Pelotas), São Lourenço do Sul, Itapoã, Porto Alegre, Tramandaí e Torres. A produção pesqueira da costa do Rio Grande do Sul é bem maior do que a constante das estatísticas de desembarque, porque, seguidamente, afluem à mesma inúmeros barcos pesqueiros de outros Estados, como Guanabara, São Paulo e Santa Catarina, que vem exercer a pesca e voltam a seus portos de origem carregados de peixe, onde consta de suas estatísticas de desembarque o pescado capturado em nossa costa.

Verifica-se anualmente, de modo geral, aumento no desembarque de pescado no Estado:

Em 1963	- 32.997 toneladas
Em 1964	- 47.325 "
Em 1965	- 49.277 "
Em 1966	- 54.241 "
Em 1967	- 39.557 "
Em 1968	- 50.549 "
Em 1969	- 68.000 "
Em 1970	- 74.664 "
Em 1971	- 97.000 "

Com maior número de barcos de alto mar e com melhor aparelhamento dos pescadores artesanais, pode a pesca no Rio Grande atingir muito maior volume de capturas.

Do total de 97 mil toneladas de pescado desembarcadas, em 1971, destacam-se: a corvina, a merluza, a enchova, o bagre, a tainha e o camarão.

A pesca de alto mar que se exerce em vários pontos da costa do Estado, é feita por 16 barcos pesqueiros, de 20 a 100 toneladas de carga, pertencentes a firmas de Rio Grande.

Junto à costa, nas lagoas litorâneas e também nos rios é exercida a pesca por pescadores artesanais.

Esses pescadores artesanais são agrupados em Colônias de Pescadores, em número de 9 no Estado, assim distribuídas:

Z-1	- Rio Grande
Z-2	- São José do Norte
Z-3	- Pelotas
Z-4	- Itapoã
Z-5	- Porto Alegre
Z-6	- Tramandaí
Z-7	- Torres
Z-8	- São Lourenço do Sul
Z-9	- Itaqui.

As Colônias são associações de classe dos pescadores, reunidas em uma Federação das colônias, com sede em Porto Alegre que, com as demais congêneres nos outros Estados, formam a Confederação Nacional dos Pescadores, sediada no Rio de Janeiro e vinculada à SUDEPE.

As indústrias de produtos do pescado existentes no Estado são em número de 33, sendo 21 em Rio Grande, 5 em São José do Norte, 2 em Pelotas, 3 em São Lourenço do Sul e 1 em Porto Alegre.

Essas indústrias preparam vários produtos e subprodutos do pescado, como enlatados, pescado seco-salgado, filé de peixe congelado, farinha de peixe e adubo.

Os barcos de pesca usados no Estado, na pesca de alto mar, são de dois tipos: trawler e traineira, ambos de uso internacional e de grande produtividade. O trawler aciona redês de arrasto, denominadas trawl, para a captura de peixes de fundo e a traineira, usando rede do mesmo nome para peixe de superfície ou de meia água.

O trawler pesca, principalmente a merluza - *Merluccius hubsi* - da família Merlucciidae - afim da família Gadidae, a que pertence o bacalhau. A espécie brasileira da costa do Rio Grande do Sul ocorre também no Chile, na Argentina e no Uruguai. No Chile é preparada da mesma forma que o baca-

lhau e comercializada como tal. A Comissão Internacional de Comércio do Bacalhau admite que as diversas espécies de merluza existentes no mundo, gênero *Merluccius*, sejam comercializadas com o nome de bacalhau, embora de 2ª categoria, sendo classificadas como de 1ª categoria as espécies do gênero *Gadus*.

A merluza vive a grandes profundidades, a mais de 100 metros, mas faz migração perpendicular à costa, localizando-se em uma faixa paralela à mesma, de cerca de 50 metros de profundidade, para desovar, o que se verifica de maio a outubro, período em que se efetua sua pesca. A captura anual desse peixe de valor industrial, varia de 15 a 20 mil toneladas.

Além da merluza, o trawlers captura também a pescadinha - *Macrondon ancylodon* - a pescada olhada - *Cynoscion striatus*, a castanha - *Umbina canosai*, etc., em quantidades apreciáveis.

A traineira, própria para a pesca de peixes de superfície ou meia água, captura na costa do Estado grande quantidade de enchova - *Pomatomus saltatrix*, com um desembarque de mais de 5 mil toneladas. Mais espécies são capturadas por essa rede de cerco, em outras regiões, como a corvina, a sardinha, a cavalinha, etc.

Os outros sistemas de pesca, estes usados pelos pescadores artesanal, são o arrastão de praia, a rede de cerco, a rede de espera e o espinhel.

Com o arrastão de praia, ou ternos de costa, os pescadores capturam a pescadinha nas praias oceânicas de Rio Grande e São José do Norte, de julho ou agosto a novembro. A produção desse peixe é superior a 2 mil toneladas.

Nas praias de Rio Grande e São José do Norte, de dentro da barra, é usada também a aludida rede para a pesca da corvina e da tainha, nas ocasiões próprias. A corvina - *Micropogon furniri* é pescada de outubro a dezembro com essa rede, quando entra, através da barra de Rio Grande, em densos cardumes, toda ovada e dirige-se à Lagoa dos Patos, para desovar. É o peixe que apresenta maior volume de capturas, ultrapassando de 20 mil toneladas. A tainha - *Mugil brasiliensis* é pescada, nas proximidades da barra de Rio Grande, com arrastão de praia, em duas ocasiões distintas; quando entra, em setembro, geralmente, para dirigir-se às Lagoas dos Patos e Mirim e, aí alimentar-se (fase trófica) e preparar-se para a desova e quando sai, na chamada corrida (fase genética), de maio a junho, para reproduzir-se no Oceano. A captura da tainha atinge a quase 5 mil toneladas, incluída a realizada com redes de cerco

e de malhar, na Lagoa dos Patos, durante o período em que lá permanece, de setembro a maio ou junho. Em outros pontos da costa, como Tramandaí e Torres, também é capturado esse peixe, mas em quantidades, porém, muito menores que em Rio Grande, São José do Norte e na Lagoa dos Patos.

As redes de espera são usadas para a pesca da savelha, do bagre e do camarão, com malhas apropriadas a cada um.

A savelha é pescada na região do Rio Grande por meio de "andainas" como são chamadas as redes de espera. Em 1970 foram capturados 983.664 quilos de savelha.

A pesca do bagre, feita por meio de andainas e redes de cerco, faz-se especialmente na Lagoa dos Patos, de agosto a dezembro, sendo proibida de 1º de janeiro a 31 de março, pela Portaria nº 305. O bagre entra pela barra do Rio Grande, em julho-agosto, dirigindo-se à Lagoa dos Patos. Vem gordo e ovado, com os ovulos ainda em desenvolvimento, quando é pescado. Em janeiro, porém, quando começa a desovar, em locais mais baixos da lagoa, de águas mais quentes, tem começo a proibição de sua pesca, que se estende até 31 de março, quando o bagre, então põe em liberdade os alevinos da espécie, que se achavam em sua boca, desde a fase de ovos embrionados e realiza a chamada "arriada", voltando ao Oceano para alimentar-se (fase trófica), depois de um longo período de desnutrição.

As fábricas ficam impedidas de comprar bagre no período de proibição, porque são obrigadas a apresentar declaração dos estoques existentes até 31 de dezembro, só podendo comercializá-los entre 1º de janeiro a 31 de março, mediante guia de trânsito. O desembarque de bagre, em 1970, foi de 5.582.720 quilos.

A pesca do camarão faz-se, geralmente, de janeiro a março, nas águas estuarinas de Rio Grande e São José do Norte, por meio de andainas, com redes de saco e malha de 12 a 15 mm. O camarão entra no canal do Rio Grande, através da barra, na primavera, geralmente em outubro, sob a forma de post-larva. Cresce e sofre mudanças nas praias de Rio Grande e São José do Norte e alcança rapidamente o tamanho comercial. Em 3 a 4 meses, em dezembro ou janeiro, está em condições de ser comercializado. Com 6 meses de idade, aproximadamente, sendo ainda jovem, com 10-12 cm, de comprimento e estando frias as águas, dirige-se para o oceano, onde vai completar seu crescimento, para com um ano de idade, atingindo 20 cm, desovar e, logo após, morrer. As larvas recém

eclodidas, fazem o mesmo trajeto das anteriores, dirigem-se à barra de Rio Grande, como no ano anterior. A produção de camarão regula, anualmente, de 5 a 6 mil toneladas, sendo exportadas para o exterior mais de 1 mil de toneladas.

Muitas outras espécies marinhas são capturadas no Rio Grande do Sul, pelos processos mencionados, como a miraguaia, com mais de 1200 toneladas, os pampos com quase mil toneladas, o linguado com aproximadamente 500 toneladas, o papa-terra com 100 toneladas, o cação com mais de trezentas toneladas e a viola com perto de 300 toneladas, contribuindo para o total de 97 mil toneladas desembarcadas.

PESCA INTERIOR

A pesca interior ou continental, embora sem a mesma expressão econômica da marítima, tem, no entanto, suma importância para as populações interioranas que, dificilmente, podem adquirir o pescado do mar.

Pratica-se a pesca interior em todos os rios do Estado, mas, com mais intensidade, no Jacuí e no Taquari.

Nos rios Caí, Gravataí e dos Sinos, pesca-se também, mas em menor escala. O número de pescadores aí é inferior aos que exercem a pesca no Jacuí, principalmente, e no Taquari, por vários motivos, inclusive pela índole do povo, mais afeito às atividades agrícolas e industriais. Além disso, há um fator de redução dos estoques pesqueiros nesses rios, de difícil solução, que é a poluição, ocasionada pelos grandes despejos de resíduos industriais em suas águas. O DMAE, em convênio recente com o GERM (Grupo Executivo da Região Metropolitana), está procedendo estudos físico-químico-biológicos das águas do Gravataí e dos Sinos para avaliar sua qualidade e, certamente, indicar medidas que eliminem a poluição, com o que será beneficiada a pesca, que terá seus estoques de peixes aumentados, atraindo, assim, mais pescadores de outras zonas, para o exercício dessa atividade econômica.

Os pescadores profissionais que pescam nos cinco rios acima mencionados pertencem à colônia Z-5 de Porto Alegre (Ilha da Pintada), que abastece de pescado a capital gaúcha.

Os rios Jacuí e Taquari, apesar de não serem poluídos, apresentam um fator negativo para a pesca, que é o seccionamento desses rios por barragens, destinadas à irrigação e à navegação, e ainda à produção de energia elétrica.

Essas barragens, causando danos à fauna piscícola porque impedem que os

peixes de piracema façam sua migração genética, rio acima, indispensável à perpetuação das espécies.

Outro mal que ocasiona a diminuição do estoque pesqueiro do rio Jacuí e muitos outros do Estado é a sucção das bombas de irrigação das granjas de arroz, causadoras de enormes mortandades de alevinos de peixes de diversas espécies, como o dourado, a piava, a curimatã, etc..

Para o caso das barragens, é necessário que se cumpra a Portaria nº 46, de 27 de janeiro de 1971, da SUDEPE, construindo-se obras de proteção à fauna aquática, seja escada para peixes, quando for indicado, ou procedendo-se ao povoamento das águas represadas, por meio de um Posto ou Estação de Piscicultura.

Já as bombas de sucção das granjas de arroz necessitam possuir tela protetora aos alevinos, as quais devem ser colocadas pelos respectivos lavouros, na época de agüamento daquele cereal, sem o que são os mesmos passíveis de penalidades, previstas no Decreto-Lei nº 221, de 28/2/1967.

A poluição, os represamentos e a sucção das bombas de irrigação das granjas de arroz, são as causas determinantes da diminuição dos estoques pesqueiros em nossos rios e que precisam por isso, ser solucionados, em face da legislação vigente, sem o que marcharemos para o extermínio de muitas espécies.

Em outros rios do Estado, praticase igualmente a pesca profissional, como no Uruguai e seus afluentes, para abastecimento de pescado das populações locais, pelos pescadores profissionais da colônia Z-9, de Itaqui, de fundação recente, mas que não apresenta produção apreciável, apesar da abundância de ótimos peixes existentes naquele rio, como o sorubim, o dourado, a piava e o pintado.

Pode-se, também, considerar como pesca interior a que se pratica em algumas lagoas de água doce do Estado, como a dos Quadros e Itapeva, cujos peixes ali mais capturados são o peixe-rei, a traíra, o jundiá e o acará.

Os aparelhos permitidos usar na pesca interior, pelos profissionais, são a rede de espera, a tarrafa e o espinhel, não sendo, de forma alguma, permitido o emprego de redes de arrasto nessa pesca.

- CRÉDITO E ASSISTÊNCIA SOCIAL AO PESCADOR -

Além da assistência que as colônias de Pescadores prestam a seus associados, tratando, principalmente, do encaminhamento de papéis à Capitania dos Portos e outras Repartições, a SUDEPE dá-lhes assistência médi-

ca e odontológica, por meio dos ambulatórios existentes em cada Colônia e subordinados à Policlínica dos Pescadores, com sede no Rio de Janeiro.

Em junho de 1970, foi instalada a ACAPERGS, entidade civil, sem fins lucrativos, que executa o Serviço de Extensão da Pesca e Crédito Educativo.

Está assim estruturada atualmente, a ACAPERGS:

a) JUNTA GOVERNATIVA

Composta de um representante dos seguintes órgãos ou entidades:

- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE;
- Federação das Colônias de Pescadores do Rio Grande do Sul;
- Capitania dos Portos;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA;
- Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura - DEMA;
- Serviço do Acordo de Pesca no Rio Grande do Sul;
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A;
- Associação dos Municípios da Zona sul do Estado do RGS e
- Centro de Indústrias de Rio Grande.

b) COORDENADORIA EXECUTIVA, ESCRITÓRIO REGIONAL (Porto Alegre) E ESCRITÓRIOS LOCAIS

Sendo a ACAPERGS um órgão de extensão, vem atuando junto aos pescadores e suas famílias, através de Escritórios locais, sediados em São Lourenço do Sul e São José do Norte, a fim de elevar o nível sócio-econômico das populações pesqueiras artesanais, promovendo:

1 - Maior produtividade, suprimindo o homem dos mais recentes conhecimentos e recomendações da pesca;

2 - Elevação da rentabilidade, permitindo ao pescador e sua família, conhecer e utilizar melhor os recursos quer da pesca como da propriedade e do lar, através de melhores conhecimentos técnicos e sociais;

3 - Formação de Espírito Associativo, visando a atualização da representação de classe e o entrosamento com a assistência social;

4 - Melhoria das condições de higiene e de saúde, proporcionando os conhecimentos básicos para a adoção de melhores hábitos de higiene e saúde;

5 - Organização e desenvolvimento da comunidade, estimulando a cooperação entre o povo e as instituições locais, para o planejamento e execução de atividades comunitárias, visando o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais;

6 - Melhoria dos padrões alimenta-

res, desenvolvendo um movimento de esclarecimento junto ao pescador e sua família, levando a comunidade à adoção de hábitos alimentares sadios e ao melhor aproveitamento dos seus recursos.

A Associação de Crédito e Assistência Pesqueira no Rio Grande do Sul emprega como método de trabalho a Filosofia da Extensão Rural, com modificações peculiares para a pesca.

A fim de conseguir essa nova conscientização democrática, cerca a família do pescador artesanal de uma concepção filosófica, envolvendo, através de convênios, a comunidade, os pescadores e o Serviço de Extensão.

A comunidade é representada pela Prefeitura Municipal, os pescadores o pela Colônia de Pescadores e o Serviço de Extensão pela ACAPERGS.

Assim neste triângulo equilátero está figurada toda a organização.

Do plano de trabalho da ACAPERGS, elaborado em reunião promovida pelos extensionistas com os pescadores, líderes, autoridades públicas e privadas, constam os problemas sentidos, organizados nos seguintes projetos:

PROJETOS ESPECÍFICOS DA PESCA

Técnicas e Artes de pesca

PROJETOS DE SUPORTE

Organização e Desenvolvimento da Comunidade
Crédito Rural Educativo
Associativismo
Comercialização

PROJETOS DE BEM ESTAR-SOCIAL

Educação Sanitária
Educação Alimentar

A SUDEPE, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, criada em 1963, é o órgão máximo da pesca no Brasil e tem no Decreto-Lei nº 221, de 28/2/1967, o instrumento que regula suas atividades, dando estímulos para importação, com isenção de taxas para todo material de pesca na área da captura, como também na da industrialização e criou o incentivo fiscal, maneira de carrear mais dinheiro para atingir a meta do desenvolvimento, que vem se fazendo notar.

As possibilidades do desenvolvimento da pesca no Rio Grande do Sul, principalmente da de alto mar, são grandes, com o emprego de maior número de trawlers e traineiras, uma vez que não há sinal de esgotamento de estoques das nossas principais espécies marinhas, podendo, assim ser aumentadas suas capturas.

Da máxima importância para o de-

envolvimento da pesca, que os técnicos da SUDEPE elaboraram para execução imediata, é o "Plano Nacional Sobre Recursos Pesqueiros Marinhos e Estuarinos".

No ambiente desse Plano são considerados como pesquisa de recursos pesqueiros, estudos que propiciem conhecimentos sobre o potencial pesqueiro de uma área, assim como, as formas de exploração racional desse potencial. Incluem-se também as investigações tendentes a utilização de ambientes naturais na produção de pescado.

Tais pesquisas podem ser agrupadas nas categorias básicas a seguir definidas:

a) Pesca exploratória: destinada a fornecer conhecimentos sobre a distribuição espacial e sazonal de um recurso natural;

b) Prospecção: destinada a oferecer uma quantificação preliminar da abundância de um recurso natural;

c) Biologia pesqueira: destinada a oferecer conhecimentos sobre o comportamento de uma espécie no que diz respeito ao seu ciclo de vida, em especial às migrações tróficas e genéticas, ao crescimento, à reprodução e à fertilidade;

d) Tecnologia de captura: destinada a indicar os mais adequados aparelhos, técnicos e táticos para a apanha de um recurso natural;

e) Dinâmica de população: destinada a fornecer dados que mostrem o efeito da pesca sobre os estoques naturais, permitindo indicar medidas de regulamentação da atividade de captura, no sentido de preservar a continuidade da exploração em níveis econômicos adequados; fornecer também da-

dos que permitem quantificar mais precisamente a abundância de um recurso natural e o ótimo de produção para esse recurso;

f) Cultivo: destinada a viabilidade técnico-econômica da criação de espécies de valor comercial, pela utilização de condições naturais próprias.

Esse Plano de Pesquisa, será executado por 13 órgãos da SUDEPE, de Universidades e de Governos Estaduais, nas regiões consideradas: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

(*) 1 milha náutica é aproximadamente igual a 1.800 m.

CENTRAL DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DA U.G.C.

Geogr.: Lia Luz Livi e Gilberto L. Rocha

O Núcleo de Documentação e Divulgação e o Núcleo de Divisão Territorial da Unidade de Geografia e Cartografia da CEMAPA iniciaram, em julho de 1970, a organização de uma central de informações geográficas cujo objetivo é catalogar todos os estudos de natureza geográfica realizados sobre o RGS, facilitando, assim, tanto as consultas quanto a obtenção dos dados pertinentes.

Um dos importantes passos preliminares à elaboração de qualquer trabalho científico é a pesquisa de informações sobre a sua originalidade ou sobre a existência de pesquisas semelhantes, já concluídas ou em curso, no mesmo setor. A posse dessas informações básicas torna mais objetivo, a priori, o estudo pretendido, pois, com elas evita-se pesquisas simultâneas ou paralelas num setor onde, por exemplo, houvesse uma quase "saturação" de trabalhos publicados e conclusões atingidas. Essas mesmas informações facultam, por outro lado a retomada de pesquisas anteriormente elaboradas mas desde um enfoque novo, que possa conduzir a conclusões antes não obtidas. Deve ser lembrado aqui que toda a pesquisa é um investimento em tempo e capital e que uma "central de informações" como a planejada permitiria concentrar os eventuais estudos justamente nos setores

mais deficientes do conhecimento geográfico R.G.S., além de oferecer todas as indicações bibliográficas disponíveis.

O esquema básico seguido para a organização da "central de informações geográficas" pode ser resumido nas seguintes etapas:

1ª Etapa: Levantamento de bibliografia existente sobre o Rio Grande do Sul;

Nesta etapa já foi concluída a primeira parte da tarefa, ou seja foram visitadas bibliotecas e especializadas nesta Capital, que mantêm vínculos de similaridade com a Ciência Geográfica.

O desenvolvimento desta etapa prevê levantamento de toda a bibliografia existente no Estado, disponibilidade para consulta e confirmação dos dados referentes à bibliografia já existente.

Somente após concluída a primeira etapa é que serão remetidas às bibliotecas de todo o R.G.S. e de outros Estados questionários para levantamento de dados que elas possam fornecer.

A conclusão do levantamento bibliográfico é condição básica para o início da 2ª etapa do projeto.

2ª Etapa: Consulta a todos os órgãos públicos e instituições privadas, que executem ou executaram estudos

baseados em elementos de geografia, para obtenção dos trabalhos realizados. Nesta consulta serão colhidas informações sobre possibilidade de aquisição destes trabalhos. Serão também solicitados dados sobre trabalhos em realização e projetados.

A conclusão desta segunda etapa está prevista para fim de 1972, dependendo é claro, da colaboração das entidades consultadas.

3ª Etapa: Organização de um fichário, de fácil acesso, com todas as informações coletadas, e informação sobre as fontes de consultas.

Além do levantamento bibliográfico está sendo realizado também o levantamento cartográfico. Sendo este muito mais demorado, tendo em vista a pouca disponibilidade de informações, o Núcleo de Documentação e Divulgação espera concluí-lo dentro dos próximos três anos.

4ª Etapa: Os dados coletados serão utilizados, principalmente por funcionários da CEMAPA, e na medida do possível serão colocados a disposição para consulta de pesquisadores, professores e geógrafos de nosso Estado.

Esperamos, para rápida conclusão do trabalho, a colaboração inestimável de todos os colegas, Geógrafos ou não, que possam oferecer informações (bibliografia, etc).